



## MOÇÃO

### **Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!**

Considerando que os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos na área metropolitana de Lisboa. Que a política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior aumento de sempre no preço dos transportes públicos, a maior redução da oferta de sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas públicas de transporte.

Considerando que, neste período, reduziram-se os salários, despediram-se trabalhadores, congelaram-se os investimentos e cortou-se na manutenção, mas pagaram-se as apostas especulativas com as swaps (mais de mil milhões de euros de perdas) e garantiu-se o pagamento crescente de juros (num total de mais mil milhões de euros nestas quatro empresas). Ou seja, as prioridades foram criar condições para privatizar e garantir as rendas dos bancos, dos especuladores e demais usurários.

Considerando que fica evidente ser necessário mudar de política e inverter as suas prioridades! As políticas para os transportes públicos devem ser orientadas para promover a crescente utilização dos transportes públicos – com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente reconhecidos – através de uma política de preços atractiva, da crescente intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma oferta adequada às necessidades.

Considerando que é preciso abandonar a obsessão neoliberal de tudo entregar à exploração privada que, como está demonstrado, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, e prejuízos diversos para os trabalhadores e os utentes.

E ainda que, para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo em curso de reestruturação da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, que assenta na privatização da exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da operação destas empresas.

Atendendo por fim a que os fregueses da Encosta do Sol, sendo abrangidos no global por estas medidas, também muitos deles utilizando pelas mais variadas razões os transportes públicos da Grande Lisboa, são de forma acrescida penalizados.

A Assembleia de Freguesia da Encosta do Sol reunida no dia 27 de Abril de 2015 delibera:

1 – Manifestar publicamente que:

\* Lamenta que o Governo tenha ordenado uma campanha publicitária de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos.

\* Contesta a separação dos Eléctricos, Ascensores e Elevadores do Serviço Público de Transportes, contesta que se destinem estes meios de transportes em exclusivo ao sector turístico, contesta a sua integração na CarrisTur, contesta o processo anunciado de privatização da CarrisTur e contesta que os lucros da CarrisTur deixem de contribuir para o sistema de transportes públicos.

\* Contesta a divisão do Metropolitano de Lisboa em três, infra-estrutura, manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização.

\* Contesta a Parceria Público-Privada em preparação para a Carris e o Metro, com o público a ficar com todas as despesas (juros, investimentos, pagamento de uma renda aos privados) e o privado a receber rendas garantidas, ficando ainda um conjunto de alçapões para permitir futuras negociações.

\* Contesta as implicações para os utentes incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter as brutais reduções de oferta e aumento de preços, como se provoca o envelhecimento das frotas, que estariam «nas últimas» no final do prazo das concessões, sendo a única renovação garantida a do aumento anual de preços.

\* Contesta o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP, com o Governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados.

\* Denuncia o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP representariam, pois ao contrário daquilo que o Governo faz querer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume.

2 - Exigir ao Governo o imediato cancelamento dos concursos para a subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa bem como dos que prepara para a Transtejo e a Soflusa.

3 - Exigir do Governo o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso nestas empresas e das privatizações aí incluídas.

No caso de ser aprovada, esta moção deve ser enviada para Presidência do Conselho de Ministros, Ministro da Economia, Presidência da República, Comissões de Trabalhadores das quatro Empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa), Câmara e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, Assembleias e Juntas de Freguesia do Município da Amadora, comunicação social nacional e regional.

Alfornelos, 27 de Abril de 2015

O Grupo da CDU